



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 140, DE 15 DE MAIO DE 2019

NÍVEL E (Nível Superior)
ADMINISTRADOR

18 de agosto de 2019

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

BOLETIM DE PROVA

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTE.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **42** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos – 8** de Língua Portuguesa, **6** de Legislação e **4** de Raciocínio Lógico – **24** de **Conhecimentos Específicos** e a **Prova de Redação em Língua Portuguesa**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO.
- 3 A prova de Redação em Língua Portuguesa consistirá na elaboração de texto escrito com, **no máximo, 30 linhas**, em que serão avaliados: tema e nível de linguagem, coesão e coerência, regras de escritas.
- 4 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA e na FOLHA DE REDAÇÃO. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 5 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 6 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA e a transcrição do texto definitivo para a FOLHA DE REDAÇÃO devem ser feitas com **caneta esferográfica de corpo transparente e tinta preta ou azul.**
- 7 Do CARTÃO-RESPOSTA, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada, ou com o uso de corretivo.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO não podem ser dobrados, amassados, rasurados, manchados ou danificados de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO somente serão substituídos se neles forem constatados falha de impressão e/ou se os dados apresentados no CARTÃO e na FOLHA não corresponderem aos seus.
- 9 O CARTÃO-RESPOSTA e a FOLHA DE REDAÇÃO serão os únicos documentos considerados para a correção. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 10 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 11 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 12 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES, ao deixar em definitivo a sala de provas no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 13 O tempo disponível para a prova é de **cinco horas, com início às 14:00h e término às 19:00h**, observado o horário de Belém-PA.
- 14 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.

Boa Prova!



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 42.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 1 a 8.

Universidade pública pode cobrar mensalidade dos mais ricos?

Especialistas se dividem sobre assunto que terá de ser enfrentado por ministro Abraham Weintraub.
Constituição hoje não permite cobrança

Karla Dunder

- 1 O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico. Mas com
2 contingenciamento de verbas em todos os ministérios e como boa parte do orçamento da área é destinado
3 às universidades públicas, volta ao debate a questão do financiamento e de uma possível cobrança de
4 mensalidade.
- 5 De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem
6 cobrar mensalidades. Para mudar o texto seria necessário aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional
7 (PEC). Também há decisões do Supremo Tribunal Federal que impediram cobrança até de taxas de
8 matrícula em instituições públicas.
- 9 O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável, como observa a
10 diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV/EBAPE, professora Cláudia
11 Costin. "Esse é um assunto que não pode ser tratado como um tabu".
- 12 Ao mesmo tempo, Cláudia defende a produção de "estudos sérios e científicos a esse respeito para
13 que uma decisão possa ser tomada".
- 14 Um estudo do Banco Mundial, divulgado em 2017 aponta que a cobrança de mensalidade nas
15 universidades públicas brasileiras seria uma forma de diminuir as desigualdades sociais.
- 16 "A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a
17 mensalidade", avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial. "O gasto público
18 nessas universidades é desigual e favorece os mais ricos. Não seria correto que toda a sociedade financie
19 o estudo de jovens de classes mais altas".
- 20 Como alternativa, Becerra usa o sistema das universidades australianas. O estudante paga o curso
21 após a formatura. "Uma parte do custo é devolvida à universidade, mas, como todas as questões sensíveis,
22 deve ser amplamente discutida com a sociedade".
- 23 Em diferentes países, universidades cobram mensalidades de estudantes que podem pagar e
24 oferecem bolsas de estudos ou políticas de financiamento para aqueles que não têm condições. "A cobrança
25 de mensalidade não é ruim, mas não é suficiente para a manutenção da universidade, mesmo em países
26 como Inglaterra, onde o governo investe nas instituições de ensino e pesquisa".
- 27 Para o reitor da Unicamp, o professor Marcelo Knobel, a universidade gratuita é um direito de todo
28 cidadão. "É possível pensar em outros mecanismos como cobrar mais impostos de quem ganha mais",
29 avalia.
- 30 Knobel também destaca "que em nenhum lugar do mundo a cobrança de mensalidade permite
31 financiar a universidade, mesmo no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), nos Estados Unidos,
32 só 10% da receita vêm das mensalidades".
- 33 Para o reitor da Unicamp, não é a cobrança de mensalidade que resolverá as questões de equidade
34 social. E destaca a importância das universidades para a produção de pesquisa. "As universidades públicas
35 têm um papel fundamental para o desenvolvimento de pesquisa de excelência, a cobrança seria um
36 retrocesso."
- 37 Difícil e delicada é a discussão. Há excelentes defensores de ideias em cada lado da polêmica. Mas
38 é um tema que terá de ser enfrentado pelo novo ministro Abraham Weintraub, senão agora, em breve.

<https://noticias.r7.com/educacao/universidade-publica-deve-cobrar-mensalidade-dos-mais-ricos-12042019>

Acessado em 25/05/2019

Texto adaptado

- 1 Segundo Marcelo Becerra, deve-se discutir com a sociedade
- (A) as desigualdades sociais nas universidades públicas.
(B) os gastos públicos nas universidades.
(C) o financiamento dos estudos de jovens de classe alta.
(D) o pagamento de cursos superiores após a formatura.
(E) a devolução dos custos dos cursos às universidades.



- 2 O entrevistado que se contrapõe ao pagamento de mensalidades por estudantes mais ricos julga que a medida
- (A) diminuiria as desigualdades sociais no País.
 - (B) favoreceria os estudantes de escolas particulares.
 - (C) aumentaria o gasto público nas universidades.
 - (D) não garantiria a manutenção das universidades.
 - (E) comprometeria o desenvolvimento de pesquisas.
- 3 O termo empregado no texto que **não** faz referência à cobrança de mensalidades nas universidades é
- (A) *assunto* (linha 9).
 - (B) *forma* (linha 15).
 - (C) *alternativa* (linha 20).
 - (D) *polêmica* (linha 37).
 - (E) *tema* (linha 38).
- 4 Do enunciado “*Esse é um assunto que não pode ser tratado como um tabu*” (linha 11), é correto compreender que a cobrança de mensalidades em universidades públicas
- (A) deve ser discutida.
 - (B) é inadmissível.
 - (C) precisa ser implementada.
 - (D) pode ser ilegal.
 - (E) dá margem a polêmica.
- 5 Segundo regras de pontuação, uma vírgula deixou de ser empregada em
- (A) *De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem cobrar mensalidades* (linhas 5 e 6).
 - (B) *O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável, como observa a diretora do Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais da FGV/EBAPE, professora Cláudia Costin* (linhas 9 a 11).
 - (C) *Um estudo do Banco Mundial, divulgado em 2017 aponta que a cobrança de mensalidade nas universidades públicas brasileiras seria uma forma de diminuir as desigualdades sociais* (linhas 14 e 15).
 - (D) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”, avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial* (linhas 16 e 17).
 - (E) *Para o reitor da Unicamp, não é a cobrança de mensalidade que resolverá as questões de equidade social* (linhas 33 e 34).
- 6 De acordo com a norma culta, existe outra possibilidade de concordância verbal em
- (A) *O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico* (linha 1).
 - (B) *De acordo com o artigo 206 da Constituição, as universidades públicas são gratuitas, não podem cobrar mensalidades* (linhas 5 e 6).
 - (C) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”, avalia Marcelo Becerra, especialista líder em Educação do Banco Mundial* (linhas 16 e 17).
 - (D) *Em diferentes países, universidades cobram mensalidades de estudantes que podem pagar e oferecem bolsas de estudos ou políticas de financiamento para aqueles que não têm condições* (linhas 23 e 24).
 - (E) *Há excelentes defensores de ideias em cada lado da polêmica* (linha 37).
- 7 Está na ordem inversa o enunciado
- (A) *O assunto pode ser interpretado como uma boa briga ou um debate saudável* (linha 9).
 - (B) *“A maioria dos estudantes dessas universidades vem de escolas particulares, poderiam pagar a mensalidade”* (linhas 16 e 17).
 - (C) *O estudante paga o curso após a formatura* (linhas 20 e 21).
 - (D) *E destaca a importância das universidades para a produção de pesquisa* (linha 34).
 - (E) *Difícil e delicada é a discussão* (linha 37).



- 8 O termo grifado acrescenta ao enunciado a ideia de inclusão em
- (A) *O governo federal já deixou bem claro que a prioridade da educação será o ensino básico* (linha 1).
 - (B) *Também há decisões do Supremo Tribunal Federal que impediram cobrança até de taxas de matrícula em instituições públicas* (linhas 7 e 8).
 - (C) *“A cobrança de mensalidade não é ruim, mas não é suficiente para a manutenção da universidade, mesmo em países como Inglaterra, onde o governo investe nas instituições de ensino e pesquisa”* (linhas 24 a 26).
 - (D) *Knobel também destaca “que em nenhum lugar do mundo a cobrança de mensalidade permite financiar a universidade, mesmo no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), nos Estados Unidos, só 10% da receita vêm das mensalidades”* (linhas 30 a 32).
 - (E) *Mas é um tema que terá de ser enfrentado pelo novo ministro Abraham Weintraub, senão agora, em breve* (linhas 37 a 38).

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 9 A vacância do cargo público dar-se-á de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. São hipóteses legais para a sua concretização
- (A) I – falecimento; II – demissão; III – readaptação; IV – aposentadoria; V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – exoneração.
 - (B) I – readaptação; II – demissão; III – promoção – IV – exoneração; V – aposentadoria; e VI – posse em outro cargo inacumulável.
 - (C) I – promoção; II – demissão; III – exoneração – IV – readaptação; e V – posse em outro cargo inacumulável; e VI – falecimento.
 - (D) I – demissão; II – exoneração; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; e VI – falecimento.
 - (E) I – falecimento; II – demissão; III – promoção – IV – readaptação; V – aposentadoria; VI – posse em outro cargo inacumulável; e VII – exoneração.
- 10 De acordo com o estabelecido na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além da licença por motivo de doença em pessoa da família e para tratar de interesses particulares, outras licenças também poderão ser concedidas ao servidor, tais como
- (A) I – para o serviço militar; II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; III – para atividade política; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (B) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para atividade política; III – para capacitação; e IV – para desempenho de mandato classista.
 - (C) I – para desempenho de mandato classista; II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; III – para o serviço militar; e IV – para capacitação.
 - (D) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação; e V – para desempenho de mandato classista.
 - (E) I – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; II – para o serviço militar; III – para atividade política; IV – para capacitação.



- 11 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, regulamenta dispositivos da Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, institui o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo para a apresentação de dados do cidadão no exercício de obrigações e direitos e na obtenção de benefícios, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. (Redação dada pelo Decreto nº 9.723, de 2019). Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observarão as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos.
- (A) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações e VII – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos, somente.
- (B) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (C) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; V – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VI – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.
- (D) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; IV – racionalização de métodos e procedimentos de controle; V – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; VI – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VII – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VIII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.
- (E) I – presunção de boa-fé; II – compartilhamento de informações, nos termos da lei; III – racionalização de métodos e procedimentos de controle; IV – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; V – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a propiciar melhores condições para o compartilhamento das informações; VI – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e VII – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, somente.



- 12 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Assinale a alternativa em que todos os itens estão corretos.
- (A) I – após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (B) I – após cada triênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação não poderá ser parcelada; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza somente no País, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (C) I – após cada quadriênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto não necessariamente seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no país quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- (D) I – após cada anuênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade não poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado ou tese de doutorado, cujo objeto seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação somente poderá ser utilizada integralmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.



- (E) I – após cada biênio de efetivo exercício, o servidor poderá solicitar ao dirigente máximo do órgão ou da entidade onde se encontrar em exercício licença remunerada, por até três meses, para participar de ação de capacitação; II – a concessão da licença para capacitação fica condicionada ao planejamento interno da unidade organizacional, à oportunidade do afastamento e à relevância do curso ou da atividade para a instituição; III – a licença para capacitação somente poderá ser parcelada, não podendo a menor parcela ser inferior a trinta dias; IV – o órgão ou a entidade não poderá custear a inscrição do servidor em ações de capacitação durante a licença a que se refere o caput deste artigo; V – a licença para capacitação somente poderá ser utilizada integralmente para a elaboração de dissertação de mestrado, cujo objeto não necessariamente seja compatível com o plano anual de capacitação da instituição; VI – a licença para capacitação poderá ser utilizada integral ou parcialmente para a realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza tanto no País quanto no exterior, na forma do regulamento do órgão ou entidade de exercício do servidor.
- 13 Cassação de aposentadoria ou disponibilidade, suspensão e demissão são penalidades disciplinares previstas na Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990, e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. De acordo com essa Lei, outras penalidades disciplinares existem, tais como
- (A) I – advertência.
- (B) I – destituição de função comissionada; e II – destituição de cargo em comissão.
- (C) I – advertência; II – destituição de cargo em comissão; e III – destituição de função comissionada.
- (D) I – destituição de cargo em comissão.
- (E) I – destituição de função comissionada.



- 14 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Dentre outras situações, são deveres fundamentais do Servidor Público
- (A) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (B) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – de modo opcional, manter-se atualizado com as instruções, as normas de serviço e a legislação pertinentes ao órgão onde exerce suas funções.
- (C) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – não necessariamente divulgar e informar a todos os integrantes da sua classe sobre a exigência deste Código de Ética, estimulando o seu integral cumprimento; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho não necessariamente seja regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (D) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – não necessariamente zelar, no exercício do direito de greve, pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva; V – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.
- (E) I – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; II – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; III – ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum; IV – sempre que possível poderá retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; V – não obrigatoriamente comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público; VI – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos.



RACIOCÍNIO LÓGICO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 15 João vai sair de casa e é interpelado por sua mãe:
- João, você vai aonde?
- Não tenho certeza, mãe. Vou encontrar amigos para ir ao futebol ou ao cinema no shopping.
- João, se você for ao cinema, compre chocolate para mim.
- Sim, mãe.
- Quatro horas mais tarde, João, que sempre atende às solicitações de sua mãe, retorna e vem com chocolates. É correto concluir que
- (A) João foi ao cinema.
(B) João não foi ao cinema.
(C) João foi ao cinema e João comprou o chocolate.
(D) João comprou o chocolate no shopping.
(E) João foi ao cinema ou João comprou o chocolate.
- 16 Um motorista dirige um ônibus entre a cidade A e a cidade B, distantes 300 km. Invariavelmente sai na segunda-feira de A às 7 horas e chega na cidade B às 12 horas. Na terça-feira, sai da cidade B às 7 horas e chega na cidade A às 12 horas. É correto afirmar que
- (A) o motorista trafegou pelo menos quatro horas com velocidade superior a 80 km/h.
(B) o motorista trafegou sempre abaixo de 60 km/h.
(C) existiu um mesmo horário entre as 7 e as 12 horas na segunda e na terça-feira em que o veículo esteve na mesma posição na ida de A para B e na vinda de B para A.
(D) é improvável que tenha havido um mesmo horário entre as 7 e as 12 horas na segunda e na terça-feira em que o veículo esteve na mesma posição na ida de A para B e na vinda de B para A.
(E) o motorista parou durante o trajeto tanto na segunda-feira como na terça-feira.
- 17 Cinco crianças identificadas pelas letras A, B, C, D e E participam de um jogo, que consiste em passar uma bola de uma para outra de acordo com as regras: A sempre passa a bola para B; B sempre passa para D; C sempre passa para A; D sempre passa para E e E sempre passa para C. Se o jogo inicia por B, é correto afirmar que, após 123 passagens, a bola encontra-se com o jogador
- (A) A.
(B) B.
(C) C.
(D) D.
(E) E.
- 18 Um tanque de 100 metros cúbicos de volume encontra-se enterrado e completamente cheio de água. O tanque está rachado e a água do terreno infiltra a uma razão constante no tanque. Uma bomba trabalha 12 horas durante o dia e retira 30 metros cúbicos de água. Fica parada 12 horas durante a noite, período em que 10 metros cúbicos de água retornam ao tanque pela infiltração. Neste ritmo, o tanque será esvaziado pela primeira vez no
- (A) oitavo dia.
(B) nono dia.
(C) décimo dia.
(D) décimo-primeiro dia.
(E) décimo-segundo dia.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 19 A Administração Pública vem trabalhando na visão de uma Administração Gerencial, priorizando a gerência de processos e fazendo com que o Administrador se concentre na elaboração de recomendações estratégicas que levem a Instituição a alcançar uma situação desejada com competência.
- Em alguns ambientes internos institucionais, têm ocorrido situações em que os administradores passam menos tempo com atividades gerenciais e mais tempo com atividades técnicas. Muitas vezes, observa-se um contraste entre o nível gerencial e o nível funcional. Uma situação na qual o gerente se envolve mais em atividades técnicas do que com o esperado no seu nível gerencial caracteriza
- (A) que os funcionários trabalham segundo as suas potencialidades.
 - (B) uma maior ênfase ao elemento humano na instituição.
 - (C) o exercício limitado das funções de administrador.
 - (D) a predominância da obtenção de resultados através das pessoas em seus cargos.
 - (E) uma criteriosa alocação de recursos escassos.
- 20 Muitas vezes, as contingências assinalam para uma mudança institucional, especialmente para aquela em que se pretende ampliar o objetivo da descentralização, da autonomia e da responsabilidade, inibindo a burocracia, dotando a instituição de
- (A) maior autonomia gerencial e maior responsabilidade.
 - (B) alto grau de hierarquização e controle interno.
 - (C) maior visão interna e planejamentos a curto prazo.
 - (D) maior controle nas assessorias e maior amplitude para os cargos.
 - (E) maior responsabilidade e controles históricos.
- 21 No que diz respeito à Administração Pública, constantemente em sintonia com seus princípios básicos, deve ser dada importância especial aos processos que ultrapassam as fronteiras das instituições. Embora existam processos realizados inteiramente dentro de uma unidade funcional, os principais processos de uma instituição atravessam fronteiras de suas áreas funcionais, sendo conhecidos como processos
- (A) interdepartamentais ou verticais.
 - (B) intersetoriais ou de assessoramento.
 - (C) interdepartamentais ou horizontais.
 - (D) transitórios ou longitudinais.
 - (E) transitórios ou de assessoramento.
- 22 A Associação de Moradores de um local próximo a uma Universidade vem tendo problemas com o site de acesso ao portal de transparência do município, que dificulta o acompanhamento da gestão de gastos públicos da prefeitura. Essa Associação solicitou, através de requerimento assinado por grande parte dos moradores, uma audiência pública com base no disposto no Art. 6º da Lei nº 12.527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação, que estabelece garantias a serem asseguradas por órgãos e entidades do poder público observadas as normas e os procedimentos específicos aplicáveis.
- Considerando a situação exposta e tendo como referência o Art. 6º da Lei nº 12.527/2011, uma dessas garantias é a
- (A) proteção da informação geral, observada a sua disponibilidade, prazos e restrições de uso.
 - (B) definição de uma política de marketing social, visando a um programa integrado de comunicação institucional.
 - (C) proteção da informação, garantindo-se sua disponibilidade, autenticidade e integridade.
 - (D) determinação de um limite ao acesso à informação, quando esta restringir seu conteúdo ao uso exclusivo da administração pública.
 - (E) determinação de regras e procedimentos às informações de caráter estratégico, estabelecendo exceções ao nível interno das instituições.



- 23 Em reunião interna entre os membros da área estratégica de uma Universidade, o gerente da área de compras apresentou um programa de compras sustentáveis para a instituição, atendendo ao disposto no Decreto nº 7.746 /2012. Para viabilizar a implantação do referido programa, criou um grupo de trabalho para discutir as diretrizes de sustentabilidade, previstas no Art. 4º do dispositivo legal e definir procedimentos para a implantação de uma política de contratações sustentáveis. A partir da implantação do programa, a Universidade estabeleceu critérios, seguindo algumas diretrizes de sustentabilidade.

Com base na situação apresentada, analise as seguintes diretrizes.

- I Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.
- II Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.
- III Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.
- IV Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens e nas obras.

São diretrizes corretas a serem seguidas pela universidade as apresentadas em

- (A) I e IV, apenas.
 - (B) II e IV, apenas.
 - (C) III e IV, apenas.
 - (D) II, III e IV, apenas.
 - (E) I, II e III, apenas.
- 24 O Decreto nº 5.707/2006, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112/1990. Considerando que você seja o gestor de pessoas de um órgão federal e esteja negociando com as autoridades competentes os critérios de atribuições de cargos, deverá ter conhecimento, para essa negociação, do que está contido no Art. 5º do referido Decreto, que diz respeito aos Instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, que são
- (A) a política de benefícios, o sistema de gestão de habilidades básicas e o programa de capacitação interna no local de trabalho.
 - (B) o sistema de gestão do conhecimento, o programa de requalificação dos servidores distribuídos e o sistema de habilidades técnicas.
 - (C) o plano anual de capacitação, a política de benefícios e o sistema de gestão de desempenho.
 - (D) o relatório de execução do plano anual de capacitação, o conjunto de diretrizes para os funcionários redistribuídos e o sistema de gestão por competência.
 - (E) o plano anual de capacitação, o relatório de execução do plano anual de capacitação e o sistema de gestão por competência.
- 25 A Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000, estabelece normas de finanças públicas para responsabilidade na gestão fiscal e é considerada um avanço na forma de administrar os tributos. Em relação a essa Lei, analise as afirmativas a seguir.
- I As disposições desta Lei complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a seguir as regras estabelecidas nessa Norma.
 - II Os três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – estão obrigados a seguir o disposto nessa Lei Complementar.
 - III O propósito desta Lei é facilitar para o contribuinte a declaração de seus rendimentos, alertando para o equilíbrio das contas.
 - IV Os objetivos dessa Lei Complementar atendem ao equilíbrio das contas públicas, já que interferem nas relações comerciais, diminuindo sua carga tributária.
 - V A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e se corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, assim como impõe limites para despesas com pessoal.

É correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e V, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) III, IV e V, apenas.
- (E) II e V, apenas.



- 26 O Decreto nº 7.174/2010, que regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União, o Decreto nº 5.450/2005 (Pregão Eletrônico) e a Portaria nº 2/2010, que dispõe sobre as especificações-padrão de bens de Tecnologia da Informação na Administração Pública Federal, são exemplos da preocupação da área pública com as tecnologias de informação e comunicação, servindo de base para a criação de serviços do governo eletrônico e de pré-requisito para o fornecimento de melhores serviços à sociedade, a custo mais baixo.

Assim, na implantação de novas tecnologias, o gestor deve garantir: a capacidade de diversos sistemas de organizarem o trabalho em conjunto. Com base nessa informação, é correto afirmar que, para dar suporte às instituições públicas e à troca de informações entre os diversos órgãos do governo, precisa-se conhecer a(as)

- (A) rapidez das informações entre as instituições públicas e seus stakeholders utilizados.
 - (B) diversidade de plataformas de hardware e software instaladas e a multiplicidade de produtos e componentes utilizados nos órgãos.
 - (C) comunicações administrativas, básicas no processo de tomada de decisão.
 - (D) rapidez das informações entre os órgãos públicos.
 - (E) publicidade das informações.
- 27 Após a atividade de acompanhamento e avaliação em uma Instituição, seu grupo da área de serviços de informática e automação percebeu que a expansão desejada na Instituição, nesta área, não ocorria, devido à falta de habilidade de ação gerencial e ao fato de sua estrutura ser extremamente verticalizada, pessoal e inflexível.

O grupo decidiu implementar uma transformação radical na área mencionada, redesenhando-a como uma organização participativa. Assim, seria necessária uma cultura organizacional que desenvolvesse determinadas ações. Quanto a essas ações, analise as afirmativas abaixo.

- I Valorizar a inovação e a criatividade.
- II Promover o aprender a aprender.
- III Basear-se em metas e na implantação de um plano de incentivos.
- IV Manter as crenças existentes.
- V Voltar-se para o usuário.

Estão corretos os itens

- (A) I, II e III, apenas.
 - (B) I, II e IV, apenas.
 - (C) III, IV e V, apenas.
 - (D) I, II, III e V, apenas.
 - (E) I, II, IV e V, apenas.
- 28 Os fenômenos em curso nas instituições públicas brasileiras, evidenciam a natureza processual e histórica das mudanças que atingem a administração pública. Como expressão dos ciclos de mudança organizacional, destacamos o da emergência dos valores gerenciais, hora em contraste, hora em processo de acomodação em relação aos padrões culturais tradicionais. Considerando o contexto apresentado, analise as seguintes asserções e as relações propostas entre elas.

O fato de que a cultura organizacional seja constituída de características relativamente estáveis e permanentes tende a tornar a maioria das culturas resistentes às mudanças. Há muitas instituições que têm dificuldade de promover mudanças nos comportamentos de seus funcionários no ambiente de trabalho.

PORQUE

As crenças, valores, atitudes, histórias, rituais, símbolos materiais que compõem o comportamento organizacional influenciam o comportamento dos funcionários.

Com base nas informações acima, é correto afirmar que

- (A) as duas afirmativas são verdadeiras, e a segunda justifica a primeira.
- (B) as duas afirmativas são verdadeiras, e a segunda não justifica a primeira.
- (C) a primeira afirmativa é verdadeira e a segunda é falsa.
- (D) a primeira afirmativa é falsa e a segunda é verdadeira.
- (E) as duas afirmativas são falsas.



29 Em uma unidade de ensino da área federal, as recentes políticas de pessoal ali implantadas trouxeram insatisfação e estresse para o ambiente de trabalho e conseqüentemente perdas financeiras. A insatisfação e o estresse foram detectados a partir dos seguintes indicadores:

- I Absenteísmo e rotatividade.
- II Inclinações pessoais.
- III Nível de responsabilidade atribuída ao cargo.
- IV Violência no trabalho.
- V Custos associados a doenças ocupacionais.

Como fontes adequadas de investigação, estão corretos os itens

- (A) I, II e V, apenas.
- (B) I, III e V, apenas.
- (C) I, IV e V, apenas.
- (D) II, IV e V, apenas.
- (E) III, IV e V, apenas.

30 O atual desafio do administrador da área de Tecnologia de Informação (TI) é projetar e gerenciar a tecnologia para ajudar a instituição a construir vantagem competitiva. Assim, na implantação de novas tecnologias, o administrador deve garantir a capacidade de diversos sistemas e organizações trabalharem em conjunto. Nesse sentido, é correto afirmar que a Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação (TI) consiste em

- (A) focar nas operações dos sistemas de maneira a permitir sua eficiência.
- (B) identificar oportunidades de diferenciação da instituição no mercado, possibilitadas pela TI.
- (C) atualizar a base computacional instalada na instituição, de modo a permitir a execução dos processos administrativos.
- (D) habilitar a instituição a alcançar seus objetivos pelo uso eficiente dos recursos disponíveis.
- (E) responder às necessidades de informação pelos diversos usuários da Instituição.

31 O Diretor de Gestão de Pessoas de uma unidade de educação federal precisava saber como estava o clima organizacional entre seus servidores e solicitou a um grupo interno de consultores que elaborasse e realizasse a referida pesquisa. Após a realização, tabulação e entrega dos resultados da pesquisa ao Diretor de Gestão de Pessoas, os itens Responsabilidade e Motivação com o Trabalho foram os que mais preocuparam o Diretor, que, imediatamente, reuniu-se com sua equipe de trabalho relatando os fatos. Logo após, solicitou à equipe que apresentasse algumas opções de planos para gerar motivação com o trabalho e reverter essa situação junto a seus funcionários.

Apresentadas as opções abaixo, o Diretor deverá optar pelo(pela)

- (A) abertura de canais de comunicação e feedback.
- (B) aumento do trabalho em grupo.
- (C) enriquecimento dos cargos: horizontal e vertical.
- (D) participação dos funcionários no processo decisório.
- (E) simplificação das atividades.

32 O termo organização nos remete ao conceito de um grupo de pessoas organizado para alcançar um objetivo ou, ainda, como sendo tudo o que nos cerca e nos oferece bens e serviços. Cada pessoa e cada grupo de pessoas têm atribuições específicas que contribuem para isso. As funções organizacionais são as tarefas especializadas que as pessoas e os grupos executam para que a organização atinja seus objetivos. O princípio que permite superar as limitações individuais por meio da especialização é denominado

- (A) formalização.
- (B) hierarquização.
- (C) divisão do trabalho.
- (D) amplitude do controle.
- (E) processos de transformação.



33 É por meio da comunicação que as instituições e seus membros trocam informações, formam entendimentos, coordenam atividades, exercem influência e socializam-se. O processo de comunicação envolve elementos essenciais, como emissor, receptor, mensagem, canal e código. Em relação às barreiras que dificultam a comunicação, analise as afirmativas a seguir.

- I As barreiras à comunicação são variáveis que interferem na interpretação ou na transmissão adequada das ideias entre indivíduos ou grupos.
- II O emprego de palavras ambíguas e a distância entre o emissor e o receptor configuram-se como barreiras externas à comunicação.
- III O uso de línguas diferentes pelo emissor e pelo receptor e a iluminação do espaço onde eles se comunicam são barreiras internas à comunicação.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

34 A possibilidade de realizar um propósito comum e a existência de pessoas cujos desejos podem constituir motivos para contribuir para esse propósito comum – esses dois fatores são os polos opostos do sistema de esforço cooperativo. É pelo processo de comunicação que essas potencialidades se tornam dinâmicas. O propósito comum, obviamente, deve ser de conhecimento comum, e para ser conhecido necessita ser comunicado. Contudo, algumas vezes poderão ocorrer desvios no processo de comunicação. A situação descrita a seguir exemplifica a questão de desvios nesse processo.

Um cronograma sobre implantação de projetos estratégicos elaborado em conjunto pelas administradoras das diversas áreas de uma instituição foi o produto de uma reunião de planejamento. Essa decisão foi registrada formalmente e acordada entre seus pares. No entanto, dois meses após a reunião, um projeto estratégico que tinha previsão de implementação para o mês de setembro foi implantado para o mês de julho, o que consumiu parte do orçamento previsto para outro projeto estratégico.

Considerando o conjunto de informações apresentadas, analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

- I A antecipação de implementação do projeto estratégico pode ter sido resultado de falha no sistema de comunicação organizacional.

PORQUE

- II Um ruído na comunicação organizacional pode desarticular emissor e receptor, prejudicando a mensagem enviada e colocando em risco a estratégia estabelecida pela organização.

A respeito dessas asserções, é correto afirmar:

- (A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- (B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- (C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- (D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II uma proposição verdadeira.
- (E) As asserções I e II são proposições falsas.



- 35 A gestão por competências não é novidade nas organizações nem será uma ferramenta que está sendo aguardada para utilização no futuro como tendência de Gestão de Pessoas. Ela já está em pleno uso nas organizações como uma inovação organizacional e orienta os processos relacionados à gestão de pessoas com base em diferentes estratégias e instrumentos.

Considerando esse texto, analise as afirmativas a seguir.

- I A gestão por competências é considerada um conjunto de ferramentas que forma uma metodologia de apoio à Gestão de Pessoas.
- II A gestão por competências é inovadora, principalmente porque incentiva o envolvimento da direção e dos gestores na gestão do capital humano da organização, viabilizando decisões compartilhadas.
- III Adotando a gestão por competências para a ação gerencial das pessoas, a área de Gestão de Pessoas tem alcançado uma grande visibilidade, pois ela é quem dá apoio, orientação, suporte a esse assessoramento às demais áreas das organizações.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III apenas.
- (E) I, II e III.

- 36 Na Administração Pública, as circunstâncias podem afetar o nível de centralização e descentralização na tomada de decisão. Por exemplo, o processo licitatório, regulado pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, pode ser dispensado a partir do momento em que determinado município esteja em estado de emergência, como nos casos de catástrofes naturais. Desse modo, a compra pode ser realizada de forma descentralizada em relação à Lei Federal que dispõe sobre Licitação Pública.

Sobre as vantagens e desvantagens da centralização e da descentralização organizacionais, é correto afirmar que numa instituição descentralizada

- (A) a eliminação dos esforços duplicados reduz os custos operacionais, embora as linhas de comunicação mais distantes provoquem demoras prolongadas.
- (B) as decisões são tomadas mais rapidamente pelos próprios executores, mas pode ocorrer falta de informação e de coordenação entre os departamentos.
- (C) o maior envolvimento na tomada de decisão entre os administradores médios aumenta as taxas de rotatividade e absenteísmo.
- (D) os tomadores de decisão são os que têm mais informação sobre a situação e, portanto, prescindem de melhor treinamento.
- (E) os administradores nos níveis mais baixos em geral se sentem frustrados porque estão fora do processo decisório.

- 37 O estudo da cultura é utilizado para entender as organizações. A cultura nas organizações compreende diversos elementos que foram desenvolvidos pelos antepassados e transmitidos aos veteranos e destes para os recém-chegados. Os novos integrantes das organizações devem entender a cultura e aprender a se comportar com os elementos culturais.

Sobre a dificuldade de gerenciamento da cultura organizacional, é correto afirmar que

- (A) é mais elevada no primeiro nível, porque, embora os artefatos visíveis sejam fáceis de encontrar, nem sempre são decifráveis ou de fácil interpretação.
- (B) é mais elevada no segundo nível, porque são necessários processos de análise e entrevistas para identificar os valores manifestos da cultura.
- (C) é mais elevada no terceiro nível, porque tais pressupostos são internalizados no inconsciente dos membros da organização.
- (D) o grau de dificuldade para o gerenciamento da cultura organizacional é o mesmo nos três níveis.
- (E) a cultura organizacional não pode ser gerenciada em nenhum desses níveis.



38 As instituições têm compreendido que há necessidade de promover a valorização dos membros internos, proporcionando-lhes condições adequadas e dignas para trabalhar, que envolvem sobretudo saúde e segurança no trabalho. Na área pública, o Decreto nº 6.833/2009 instituiu o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Federal – SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. No Art. 4º do referido Decreto, fica instituído o Comitê, especificando, no inciso I, como uma das atribuições: aprovar as políticas para aplicação das diretrizes de atenção à saúde e segurança do trabalho do servidor público federal. Fica explicitado, assim, o desejo do Executivo e o que as instituições podem fazer para providenciar melhores condições de vida para os membros internos.

Sobre essa questão, é correto afirmar:

- (A) Em geral, os esforços para melhorar a qualidade de vida no trabalho procuram tornar os cargos mais produtivos e satisfatórios.
- (B) Embora sejam usadas muitas técnicas diferentes sob o título “qualidade de vida no trabalho”, nenhuma delas acarreta a reformulação de cargos.
- (C) Cargos altamente especializados, nos quais não há necessidade de identificação com as tarefas, proporcionam níveis mais elevados de qualidade de vida no trabalho.
- (D) A qualidade de vida no trabalho não é afetada pela maneira como as tarefas são agrupadas na organização.
- (E) Elementos comportamentais não precisam ser considerados em projetos de cargo que busquem a alta qualidade de vida no trabalho.

39 Cada vez mais as organizações concorrem e buscam ser competitivas com base no talento e nas competências e habilidades de seus colaboradores. Esta realidade tem priorizado o recrutamento e a seleção na agenda dos gestores.

Você é gestor da área de Gestão de Pessoas na Universidade em que trabalha e é o responsável pela seleção de dez estagiários. Para tomar essa decisão, você opta pela técnica de entrevista estruturada. A maior vantagem desse tipo de entrevista é

- (A) dar oportunidade de discernir melhor as diferenças entre os candidatos.
- (B) melhorar a confiabilidade do processo de entrevista.
- (C) permitir que se criem perguntas à medida que a entrevista prossegue, gerando uma conversação amistosa.
- (D) permitir a identificação da capacidade de o candidato resolver problemas.
- (E) permitir que se verifique como o candidato reagirá sob pressão.

40 A melhoria contínua corre em sentido contrário à abordagem gerencial típica de considerar os projetos de trabalho como lineares – com começo e fim. Em vez desta abordagem linear, a busca do aprimoramento sem fim requer uma abordagem circular, conforme se apresenta o ciclo Planejar-Desenvolver-Checar-Agir (PDCA). A administração planeja uma mudança, realiza-a, checa os resultados e, dependendo de quais sejam os resultados, age para padronizar a mudança ou começar novamente o ciclo de aprimoramento com novas informações.

Com base neste conhecimento, analise as afirmativas a seguir.

- I O ciclo PDCA tem baseado suas auditorias para identificação das conformidades e não conformidades, nos planos de controle histórico sobre as atividades contínuas.
- II Nas organizações que usam o TQM (Qualidade Total), a qualidade deixa de ser responsabilidade de um único departamento para se concentrar na área estratégica da Instituição, a fim de se criar mais valor com menos desperdício.
- III A filosofia da melhoria contínua do ciclo PDCA acaba servindo como instrumento para fazer com que, ao longo de toda a organização, as pessoas fiquem inspiradas a buscarem ou a se aperfeiçoarem em tudo o que realizam.
- IV O grande desafio da gestão da qualidade é definir o que se entende por padrão de qualidade e como medi-lo. Na busca dessas respostas, muitas vezes se acelera ou se retarda o fluxo do ciclo PDCA, questionando-se a respeito da criação ou não de um novo evento que justifique um outro Planejamento.

É correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III, apenas.



- 41 As perspectivas do BSC (Balanced Scorecard) podem ser tantas quanto a instituição necessitar escolher em função da natureza do seu negócio, de seus propósitos, de seu estilo de atuação. Antes do desenvolvimento dos scorecards estratégicos, os gerentes não dispunham de um referencial de ampla aceitação para a descrição da estratégia. Simplesmente não eram capazes de implementar algo que não conseguiram descrever bem. O problema das instituições não reside tanto na formulação da estratégia, mas em sua implementação, isto é, em traduzir a estratégia em termos operacionais, alinhar a organização à estratégia, transformar a estratégia em tarefa de todos, mobilizar a mudança por meio de liderança executiva e
- (A) definir ciclos de inovação e ciclos longos de operação.
 - (B) trabalhar com indicadores não financeiros.
 - (C) converter a estratégia em processo contínuo.
 - (D) manter as ferramentas de mensuração das estratégias.
 - (E) investir nas competências das pessoas que estão no topo das instituições.
- 42 “Somente pessoas carismáticas e com qualidades inatas podem transformar-se em grandes líderes”. Essa afirmação não caracteriza a linguagem administrativa moderna da teoria da liderança porque
- (A) a liderança é vista como dependente das condições organizacionais, ou seja, do contexto exclusivamente interno no qual o líder está inserido.
 - (B) a aceitação de que a liderança é inata conduz a estudos sobre a transformação de características de liderança efetiva em alternativas de comportamento gerencial a serem ensinadas aos gerentes.
 - (C) a teoria gerencial moderna concentra suas ações mais na explicação da natureza da liderança do que na tentativa de propor alternativas que transformem dirigentes em líderes.
 - (D) as características de liderança são universais e aplicáveis a qualquer tipo de pessoa e de organização.
 - (E) acredita-se, hoje que líderes são pessoas comuns que aprendem habilidades comuns, mas que no seu conjunto formam uma pessoa incomum.



REDAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

O texto **Universidade pública pode cobrar mensalidade dos mais ricos?** expõe argumentos de pessoas que se colocam favoráveis e de outras que se mostram contrárias à cobrança de mensalidades nas universidades públicas. Em um texto em prosa, **expresse a sua opinião sobre o assunto, apresentando argumentos diferentes daqueles já pontuados no texto.**

Tema:

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30

RESGUEINHO